

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

Porto

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE

2015

DENOMINAÇÃO ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE MISSIONÁRIOS DO SOFRIMENTO

MORADA Rua dos Coriscos

N. 640 **ANDAR** **LOCALIDADE** Maia

FREGUESIA Maia

CONCELHO Maia

COD. POSTAL 4425-057

EM ____/____/____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIRECÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: _____ , _____

ASSINATURAS: _____

ASSINATURA DO PRESIDENTE

ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE MISSIONARIOS DO SOFRIMENTO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

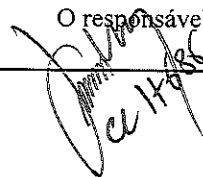
Contribuinte: 501240217

Moeda: (Valores em Euros)

		Moeda: (Valores em Euros)	
RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	1 409 866,88	1 401 802,26
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.14	418,92	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		1 410 285,80	1 401 802,26
Activo corrente			
Inventários	7	1 808,15	1 952,75
Clientes		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	12.6	0,00	500,00
Estado e outros entes públicos	12.7	4 957,25	2 784,09
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	12.1	26 660,22	19 607,43
Diferimentos	12.2	1 052,41	1 132,30
Outros activos financeiros	12.3	1 043 875,00	1 009 000,00
Caixa e depósitos bancários	12.4	194 502,91	177 384,00
		1 272 855,94	1 212 360,57
Total do activo		2 683 141,74	2 614 162,83
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.5	313 838,32	313 838,32
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	12.5	1 849 985,32	1 787 964,56
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	12.5	367 313,06	374 855,96
		2 531 136,70	2 476 658,84
Resultado líquido do período		72 022,35	62 020,76
Total do fundo de capital		2 603 159,05	2 538 679,60
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12.6	60,81	289,82
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	12.7	4 195,95	4 330,62
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	12.8	75 725,93	70 862,79
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		79 982,69	75 483,23
Total do passivo		79 982,69	75 483,23
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 683 141,74	2 614 162,83

A Direcção

O responsável



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

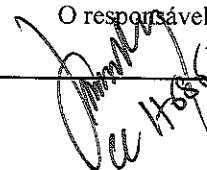
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 015	2 014
Vendas e serviços prestados	8	210 551,00	208 420,68
Subsídios, doações e legados à exploração	9 e 12.9	191 705,86	217 712,99
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	29 016,68	36 287,43
Fornecimentos e serviços externos	12.10	116 533,83	128 399,28
Gastos com o pessoal	10	200 010,56	196 115,59
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	8 e 12.11	63 330,35	54 059,68
Outros gastos e perdas	12.12	1 646,15	12 102,05
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		118 379,99	107 289,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	46 357,64	45 268,24
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		72 022,35	62 020,76
De financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		72 022,35	62 020,76
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		72 022,35	62 020,76

A Direcção

O responsável



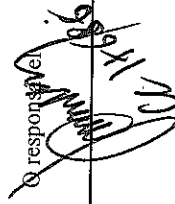
Entidade: ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE MISSIONARIOS DO SOFRIMENTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte: 501240217

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS			PERÍODOS	
			2015	2014
Vendas e serviços prestados	8	210 551,00	210 551,00	208 420,68
Custo das vendas e dos serviços prestados	7 e 10	229 027,24	229 027,24	232 403,02
Resultado Bruto		-18 476,24	-18 476,24	-23 982,34
ISS, IP - Centro Distrital	9 e 12.9	154 715,89	154 715,89	156 547,97
Outros Rendimentos	8 e 12.11	100 320,32	100 320,32	115 224,70
Gastos de distribuição		0,00	0,00	0,00
Gastos administrativos	5, 6 e 12.10	162 891,47	162 891,47	173 667,52
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00
Outros Gastos	12.12	1 646,15	1 646,15	12 102,05
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)		72 022,35	72 022,35	62 020,76
Gastos de financiamento (líquidos)		0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		72 022,35	72 022,35	62 020,76
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		72 022,35	72 022,35	62 020,76

A Direcção

O responsável


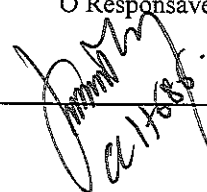
ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE MISSIONARIOS DO SOFRIMENTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		224 503,56	218 790,16
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		163 470,27	194 393,80
Pagamentos ao pessoal		137 056,37	131 332,82
Caixa gerada pelas operações		-76 023,08	-106 936,46
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-5,34	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		78 758,65	123 979,74
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		2 730,23	17 043,28
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		59 972,83	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		48 124,31	43 564,12
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0,00	0,00
		-11 848,52	43 564,12
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		26 237,20	49 691,34
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
		26 237,20	49 691,34
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		17 118,91	110 298,74
Caixa e seus equivalentes no início do período		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		177 384,00	67 085,26
		194 502,91	177 384,00

A Direcção

O Responsável



ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE MISSIONÁRIOS DO SOFRIMENTO

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2015

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	9
5	Activos Fixos Tangíveis	9
6	Activos Intangíveis.....	10
7	Inventários	10
8	Rédito	11
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	11
10	Benefícios dos empregados	12
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	12
12	Outras Informações.....	12
12.1	Outras contas a receber.....	12
12.2	Diferimentos	13
12.3	Outros Activos Financeiros.....	13
12.4	Caixa e Depósitos Bancários	13
12.5	Fundos Patrimoniais.....	13
12.6	Fornecedores	14
12.7	Estado e Outros Entes Públicos.....	14
12.8	Outras Contas a Pagar.....	14
12.9	Subsídios, doações e legados à exploração	15
12.10	Fornecimentos e serviços externos.....	15
12.11	Outros rendimentos e ganhos	15
12.12	Outros gastos e perdas	15
12.13	Resultados Financeiros.....	16
12.14	Investimentos Financeiros	16
12.15	Acontecimentos após data de Balanço.....	16

1 Identificação da Entidade

A Associação Fraternidade Missionários do Sofrimento é uma instituição sem fins lucrativos, que se encontra registada na Direcção Geral da Segurança Social no livro 1 das Organizações Diversas com fins de segurança social sob o nº3/84 a fls. 25 e verso em 29 de Fevereiro de 1984.

Tem sede na Rua dos Coriscos, nº 640 – apartado 2047, 4425-051 Águas-Santas, Maia, Paróquia do Corim, do município da Maia, distrito e diocese do Porto.

São fins principais da Associação os seguintes:

- Apoio à 3ª idade;
- Apoio à integração social e comunitária.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Activos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.2.2 Activos Intangíveis

Os “Activos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

O valor residual de um “Activo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil.

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as comparticipações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.3 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2014	Adições	Diminuições	31-12-2015
Terrenos e Recursos Naturais	143 843,28			143 843,28
Edifícios e Outras Construções	1 697 915,21			1 697 915,21
Equipamento Básico	208 818,58	51 680,25		260 498,83
Equipamento de Transporte	44 566,87			44 566,87
Equipamento Administrativo	53 027,78	2 136,19		55 163,97
Outros Activos Fixos Tangíveis	2 331,21	605,82		2 937,03
Activo Tangível Bruto	2 150 502,93	54 422,26	0,00	2 204 925,19
Depreciações Acumuladas				
Edifícios e Outras Construções	457 788,16	33 918,02		491 706,18
Equipamento Básico	192 418,70	11 698,57		204 117,27
Equipamento de Transporte	44 566,87	0,00		44 566,87
Equipamento Administrativo	51 795,21	615,66		52 410,87
Outros Activos Fixos Tangíveis	2 131,73	125,39		2 257,12
Depreciações Acumuladas	748 700,67	46 357,64	0,00	795 058,31
Activo Tangível Líquido	1 401 802,26	8 064,62	0,00	1 409 866,88

6 Activos Intangíveis

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2014	Adições	Diminuições	31-12-2015
Programas de Computador	2 487,61			2 487,61
Activo Intangível Bruto	2 487,61	0,00	0,00	2 487,61
Depreciações Acumuladas				
Programas de Computador	2 487,61			2 487,61
Depreciações Acumuladas	2 487,61	0,00	0,00	2 487,61
Activo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2015	31-12-2014
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 808,15	1 952,75
Total	1 808,15	1 952,75

No que concerne à quantia de “Inventários” reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2015	2014
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	1 952,75	2 074,90
Compras	27 279,78	24 691,60
Doações	1 592,30	11 473,68
Saldo Final	1 808,15	1 952,75
Gastos do Período	29 016,68	36 287,43

8 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2015	31-12-2014
Prestação de Serviços	210 551,00	208 420,68
Quotas do Utilizadores	210 551,00	208 420,68
Outros Rendimentos e Ganhos	15 206,04	10 495,56
Rendimentos suplementares	1 800,00	0,00
Descontos de pronto pagamento	1,72	51,50
Imputação de subsídios ao investimento	7 542,90	9 517,90
Outros	5 861,42	926,16
Juros	48 124,31	43 564,12
Depósitos Bancários	2 687,87	738,71
Outras aplicações de meios financeiros	45 436,44	42 825,41
Total	273 881,35	262 480,36

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Natureza	2015			2014		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável			154 715,89			156 547,97
Edifício	Não Reembolsável	301 716,00		7 542,90	309 258,90		7 542,90
Viatura	Não Reembolsável	0,00		0,00	0,00		1 975,00
Total		301 716,00	0,00	162 258,79	309 258,90	0,00	166 065,87

10 Benefícios dos empregados

Em 2015 e 2014 são cinco os membros que compõem o órgão diretivo.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante o exercício de 2015 bem como do exercício de 2014 foi de 18.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações ao pessoal	161 220,74	158 820,62
Indemnizações	420,24	0,00
Encargos sobre as Remunerações	34 863,69	33 669,98
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1 890,17	1 964,00
Outros Gastos com o Pessoal	1 615,72	1 660,99
Total	200 010,56	196 115,59

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

12.1 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Outra Contas a Receber		
Utentes	26 660,22	19 607,43
Total	26 660,22	19 607,43

12.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1 052,41	1 132,30
Total	1 052,41	1 132,30

12.3 Outros Activos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, investimentos em “Outros instrumentos financeiros” de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2015	2014
Outros Instrumentos Financeiros		
Activos Financeiros	1 043 875,00	1 009 000,00
Total	1 043 875,00	1 009 000,00

12.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	2 314,86	2 160,10
Depósitos à Ordem	31 978,05	92 872,39
Depósitos a Prazo	160 210,00	82 351,51
Total	194 502,91	177 384,00

12.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	313 838,32			313 838,32
Resultados Transitados	1 787 964,56	62 020,76		1 849 985,32
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	374 855,96		-7 542,90	367 313,06
Total	2 476 658,84	62 020,76	-7 542,90	2 531 136,70

12.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c		
Fornecedores	60,81	289,82
Total	60,81	289,82
Adiantamento Fornecedores	0,00	500,00
Total	0,00	500,00

12.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Activo		
IVA - A Recuperar	4 957,25	2 784,09
Total	4 957,25	2 784,09
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	379,38	594,69
Segurança Social	3 789,92	3 735,93
Outras - FCT e FGCT	26,65	
Total	4 195,95	4 330,62

12.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal		20,00		0,00
Remuneração a pagar		20,00		0,00
Credores por Acréscimo de		29 148,49		29 550,34
Remunerações a Liquidar		27 938,40		27 243,34
Outras despesas diferidas		1 210,09		2 307,00
Outros Credores		46 557,44		41 312,45
Outros Credores		46 557,44		41 312,45
Total	0,00	75 725,93	0,00	70 862,79

12.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado e Outros	154 715,89	156 547,97
Doações e heranças	36 989,97	61 165,02
Total	191 705,86	217 712,99

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Serviços especializados	40 586,16	37 549,62
Materiais	1 491,21	3 174,74
Energia e fluídos	36 146,39	37 460,73
Deslocações, estadas e transportes	383,23	256,25
Serviços diversos	12 496,83	8 014,60
Encargos com Utentes	25 430,01	41 943,34
Total	116 533,83	128 399,28

12.11 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos suplementares	1 800,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	1,72	51,50
Imputação de subsídios ao investimento	7 542,90	9 517,90
Outros Rendimentos e Ganhos	5 861,42	926,16
Juros, Dividendos e outros rendimentos similares	48 124,31	43 564,12
Total	63 330,35	54 059,68

12.12 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	54,32	394,26
Outros Gastos e Perdas	1 591,83	11 707,79
Total	1 646,15	12 102,05

12.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros Suportados	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	48 124,31	43 564,12
Total	48 124,31	43 564,12
Resultados Financeiros	48 124,31	43 564,12

12.14 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2015	2014
Outros investimentos Financeiros		
FCT	418,92	0,00
Total	418,92	0,00

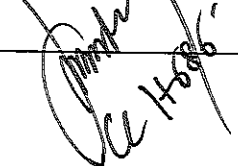
12.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas

Maia, 31 de Dezembro de 2015

O Contabilista Certificado



A Direcção
